

## ■ CAPÍTULO 5 ■

### **SOBRE OS OBJETOS INTENCIONAIS**

Neste capítulo, apresentamos teorias do objeto baseadas na noção de intencionalidade de Franz Brentano. Essas teorias permitem distinguir mais claramente entre entidades e objetos, além de permitir uma melhor diferenciação entre tipos de objeto. Utilizamos os conceitos de dependência e fundação para explicar as relações entre esses diferentes objetos e entidades. O objetivo é apresentar uma explicação para as propriedades semânticas de expressões linguísticas e pensamentos, de modo a poder diferenciar os casos de expressões referenciais e estados mentais cujo correlato objetivo é uma entidade, um objeto intencional ou algo inexistente.



## 5. SOBRE OS OBJETOS INTENCIONAIS

Kasimir Twardowski, na obra *O conteúdo e o objeto das representações* (apud BRAIDA, 2005), introduziu a distinção entre ato, conteúdo e objeto de uma representação. O propósito explícito do livro de Twardowski era tornar independentes os objetos frente às representações, distinguindo claramente entre aquilo que é **na** e **da** representação e aquilo **de que** e **sobre o que** é a representação. Embora mantivesse a tese de Franz Brentano, da intencionalidade da consciência – a saber, que toda atividade psíquica reporta-se a um objeto –, o seu texto retoma a tese de que o objeto não é constituído pela mente, mas sim apreendido. Em Brentano encontramos as teses de que todo ato mental é uma representação ou está fundado numa representação, e de que a atividade psíquica não pode jamais se reportar a algo que não seja objeto de representação, no sentido de que a mente não pode considerar o que não é representado. Esse modo de conceber a atividade consciente impõe uma revisão do conceito de objeto. Twardowski enfrenta esse problema distinguindo o *objeto imanente* e o *objeto transcendente*. O esquema da tese de Twardowski pode ser assim apresentado:

**Ato [Conteúdo, Objeto] (X).**

Nesse esquema temos quatro termos variáveis: (A [C, O] (X)), no sentido de que podemos admitir a variação de um deles e a manutenção dos outros. Pois, um mesmo ato pode ter o mesmo con-

teúdo e o mesmo objeto intencional, imanente à consciência, mas aplicado a algo diferente; ou ainda, submeter alguma coisa (X) a diferentes atos e conteúdos, como é o caso quando vemos uma mesma figura uma vez como um pato e outra vez como um coelho.

O ponto mais saliente dessa teoria, porém, é a colocação do objeto em dois lugares, interna e externamente, como consequência da separação estrita entre (1) o **que é da representação e da consciência**, simbolizado no esquema por “[C, O]”, e (2) o que é visado, apreendido ou referido, simbolizado no esquema por “(X)”. Digase, ao pé do ouvido, que essa duplicação apenas retoma a fórmula inaugural da ontologia “algo **como** algo”. O X é apreendido, objetivado, por meio do conteúdo conceitual, **como** tal e qual objeto. Por exemplo, um fenômeno, digamos a morte de alguém, ora é **visto como** um castigo, ora como uma passagem para a vida verdadeira, ora como um acidente, etc. Embora tenhamos um nome comum, “morte”, o **que é** indicado por esse nome vai depender do conteúdo associado, da representação ou conceito. Entretanto, as representações apenas objetivam o acontecimento, nem o constituem nem o esgotam. Expresso de modo não ambíguo: o **objeto** (*Gegenstand*), aquilo que se apresenta, é apreendido conceitualmente **como** tal e tal objeto (*Object*). Uma consciência apreende (ato) a morte de Cato (X) ora como o castigo de Cato (C), ora como a salvação de Cato (C’). No entanto, em ambos os modos de apreensão, se podemos dizer que o visado é o mesmo (a morte de Cato), temos de dizer que ora é como um objeto (o seu castigo), ora é como um outro (a sua salvação). Em ambos os atos de apreensão a morte de Cato é apreendida, mas ela o é como objetos diferentes.

Nesse sentido, Twardowski pretende superar a confusão entre objeto imanente e objeto referido ou transcendente: a palavra “objeto” tanto significaria o conteúdo pensado (o representado) quanto o que é visado pelo pensamento (o que se apresenta no representado). Com efeito, as palavras “*Gegenstand*” e “*Object*”, ambas traduzidas para o português por “objeto”, são usadas em dois sentidos: por um lado, para indicar o **existente em si** (*an sich Bestehende*) para o qual nosso representar e julgar se dirigem, e por outro para indicar a “**imagem**” (*Bild*) psíquica “**em**” **nós existente** mais ou menos aproximada daquele real (Realen). Nas

palavras de Twardowski (apud BRAIDA, 2005): “A partir disso diferencia-se o objeto (*Gegenstand*), para o qual nosso representar ‘igualmente se dirige’, do objeto imanente (*immanenten Object*) ou do conteúdo (*Inhalt*) da representação.” Em contraposição ao *Gegenstand*, ou objeto **real**, suposto como independente do pensamento, denomina-se o conteúdo de uma representação e juízo (igualmente sentir e querer) também o “**objeto imanente ou intencional**” desses fenômenos psíquicos.

A noção de objeto imanente, como distinto do objeto real, embora problemática e contestada por muitos, tem o propósito de manter a tese da intencionalidade da consciência e da linguagem mesmo ali onde os atos intencionais e semânticos não têm um correlato “fora” da consciência. Com efeito, Twardowski insiste no estar referido a algo diferente como propriedade das representações e da consciência:

[...] a paisagem pintada, a imagem, apresenta alguma coisa que não é pintada precisamente nesse sentido. Exatamente do mesmo modo, o conteúdo de uma representação se liga a alguma coisa que não é conteúdo de representação, mas objeto desta representação, de uma maneira análoga àquela da paisagem que é o “Subject” da imagem que a apresenta. E do mesmo modo que a paisagem é, em imagem, copiada sobre esta imagem, levada a exposição (*Darstellung*), portanto pintada num sentido diferente do precedente, exatamente do mesmo modo para o conteúdo da representação, o objeto correspondente a esta representação (*Vorstellung*) torna-se, como se costuma dizer, figurado em imagem espiritualmente, portanto, representado. (BRAIDA, 2005).

Essa teoria reflete-se diretamente na compreensão das frases e asserções, no plano linguístico. Com efeito, Twardowski transfere o esquema da intencionalidade dos atos conscientes para os atos semânticos, sob a doutrina de que as representações linguísticas estão direcionadas sempre para objetos, e que o juízo (asserção) implica sempre uma afirmação sub-reptícia de existência:

Pelo conteúdo do juízo deve-se compreender a existência de um objeto, aquele de que se trata em cada juízo. Pois, quem faz um juízo sustenta alguma coisa sobre a existência de um objeto. Quando ele reconhece ou rejeita este objeto, ele reconhece ou rejeita também a sua existência. (2005)

A partir dessa ideia, estabelece-se a distinção semântica, semelhante àquela proposta por Frege, entre *sentido* e *significado* de uma expressão linguística, numa formulação psicofenomenológica, como se pode entrever na seguinte passagem de Twardowski:

Do conteúdo nós diremos que ele torna-se pensado, representado *na* representação; do objeto, diremos que se torna representado pelo conteúdo de representação (ou a representação). O que se torna representado *em* uma representação, é seu conteúdo; o que se torna representado *por* uma representação, é seu objeto. (BRAIDA, 2005).

A diferença entre estar dado “em” e “por” uma representação, entre o conteúdo e o objeto, no plano das expressões linguísticas aparece como a distinção entre a “significação” expressa e “objeto” nomeado:

Nós vimos que a função originária do nome é de dar informação de um ato psíquico e, justamente o de representar. Por isso o nome suscita naquele a quem a fala se dirige uma significação (*Bedeutung*), um conteúdo (de representação) psíquico; e, em virtude dessa significação, o nome nomeia um objeto (*Gegenstand*). (BRAIDA, 2005)

Por conseguinte, a partir de Twardowski a tese da intencionalidade da consciência, no sentido de que toda consciência é consciência de objeto, aplica-se também às expressões linguísticas. Desse modo, é possível introduzir a noção de *objeto intencional* num sentido preciso e geral. Um objeto puramente intencional seria aquele visado por um ato consciente, psicológico ou semântico, que não pode não ser senão um objeto de pensamento ou discurso. Esse conceito emerge como uma consequência necessária da tese de que os atos da consciência têm sempre um objeto, mesmo quando aquilo a que a consciência se dirige não existe. Twardowski mantém essa tese e tira as consequências:

Quem enuncia a expressão: *quadrado de ângulos oblíquos* dá a informação que nele ocorre um representar. O conteúdo correlato desse ato de representação constitui a significação do nome. Esse nome, todavia, não significa apenas qualquer coisa, mas ele nomeia algo, a saber, algo que reúne em si as propriedades contraditórias umas com as outras, e do qual se nega prontamente a existência se se é levado a um juízo sobre o que é nomeado. Mas, pelo nome é nomeado, sem dúvida alguma, algo, mesmo se ele não existe. E este nomeado é distinto do conteúdo de re-

apresentação; porque, primeiro, este existe, aquele não; e, segundo, nós atribuímos ao nomeado propriedades que se contradizem umas com as outras, as quais porém não cabem ao conteúdo de representação. Pois, se este contivesse propriedades contraditórias umas com as outras, então, ele não existiria; mas ele existe. Não é ao conteúdo de representação aquilo a que nós atribuímos a oblicuidade dos ângulos e ao mesmo tempo o ser-quadrado; mas ao que é nomeado pelo nome, quadrado de ângulos oblíquos, que é o suporte, certamente não existente, mas representado, destas propriedades. (BRAIDA, 2005).

O ponto que nos interessa é a introdução de um objeto mesmo ali onde se trata de uma predicação contraditória. Sob uma interpretação extensional, como a de Frege e Quine, esse tipo de representação mental, ou linguística, simplesmente receberia a rubrica de “expressão com sentido sem objeto”. Por não haver algo (entidade extramental) que seja um quadrado com ângulos oblíquos, nega-se que tais representações referiram-se a algo (objeto). Todavia, a partir da distinção entre objeto intencional e objeto transcendente ou real, o ponto da concepção intencional de Twardowski (Brentano, Meinong) pode ser mostrado de modo claro na seguinte passagem:

A confusão feita pelos defensores das representações sem objeto consiste em que eles tomaram a não existência de um objeto de representação pelo seu não ser representado. Ora, contudo, para cada representação um objeto é representado, exista ele ou não, do mesmo modo que cada nome nomeia um objeto a despeito do fato de se ele existe ou não. (BRAIDA, 2005).

Desse modo a noção de objeto intencional puro, isto é, a noção de algo que é apenas um objeto (de representação ou discurso) pode ser introduzida. Essa é uma antiga noção e recebeu diferentes nomes ao longo da história da filosofia: “entes de razão”, “não seres”, “irreais”, “entes fictícios”, “quimeras”, etc. Essa noção está implicada na tese da intencionalidade da consciência da linguagem. Com efeito, Franz Brentano inicialmente defendeu a tese da “inexistência intencional” do objeto, no sentido de que toda consciência tem um objeto, não importando se esse objeto é real ou não, se existe ou não. Depois Brentano alterou sua doutrina, todavia preservando o cerne da teoria da intencionalidade:

“Nossas atividades mentais (*Seelentätigkeiten*) não têm como objeto (*Objekten*) senão coisas (*Dinge*). Com isso não está dito que a coisa que se tem como objeto sempre é uma realidade (*Wirklichkeit*). Se eu penso numa montanha de ouro, eu penso uma coisa que não existe na realidade. Já por isso é claro que a multiplicação de nossos atos de pensamento (*Denktätigkeiten*) não implica uma multiplicação das coisas na realidade. Isto não se segue também por outra razão, a saber, porque a mesma coisa pode ser diferentes objetos e diferentes atos de pensamento podem estar dirigidos (*gerichtet*) para o mesmo objeto”. (BRENTANO, 1985, p. 32).

A distinção de Brentano entre coisa e objeto nós vimos expressada neste livro com as expressões “entidade” e “objeto”. E do mesmo modo, pensamos ser sensato distinguir claramente os conceitos ontológicos em relação aos conceitos usados para a exposição da estrutura da consciência e da linguagem.

## 5.1 O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DAS EXPRESSÕES

Se admitirmos que expressões designadoras sem referência são semanticamente legítimas e que podemos falar do que não existe, como sugere a teoria dos objetos intencionais, cabe-nos perguntar sobre o modo como a descrição semântica distingue entre uma sentença sobre um objeto inexistente de uma sobre um existente. Como vimos, na medida em que os mecanismos de introdução de um objeto no discurso permitem tanto o uso de uma remissão anafórica quanto de uma remissão dêitica, o objeto de que se está a falar em uma determinada sentença nem sempre é uma entidade. A mera análise da sentença, porém, não é suficiente para distinguir entre objetos existentes, fictícios, possíveis, impossíveis, etc. Para esclarecer este ponto explicitarei a distinção entre as noções de objeto e de entidade, fazendo-a recair na distinção entre *objeto de discurso e entidade*, e esta por sua vez na distinção entre *o que é dito e o que é referido*. Note-se logo que essas distinções parecem dizer respeito à Ontologia, embora, como mostrarei, elas sejam inteiramente semânticas (o que não quer dizer que, nelas, não ressoe a distinção ontológica entre *ser e ente*, e entre *realidade objetiva e realidade efetiva*).

A noção de objeto, utilizada em sentido amplo, apanha tanto as entidades existentes ou atuais (físicas, abstratas) como qualquer coisa passível de descrição ou referência, por exemplo, componentes de mundos possíveis, entidades fictícias, etc. Enfim, qualquer item de um domínio de referência, seja ele um domínio real, dito ou pensado. Considere-se, inicialmente, a noção geral de objeto sugerida por Twardowski:

[...] tudo o que é representado por uma representação, reconhecido ou rejeitado por um juízo, desejado ou repelido por uma atividade afetiva, nós denominamos objeto. Os objetos são ou não reais; eles são possíveis ou impossíveis; eles existem ou não existem. A todos é comum o fato de que eles podem ser ou são objetos (*Objekt*) (não intencional) de atos psíquicos. [...] Tudo o que é “qualquer coisa” no sentido mais amplo, denomina-se em função de uma relação a um sujeito que representa, mas depois independentemente desta relação, “objeto” (*Gegenstand*). (TWARDOWSKI, 1993).

Nessa formulação, joga-se com uma ambiguidade da palavra “objeto”: ora como o que é representado, como aquilo que é posto (a palavra *Vorstellung* sugere lançar diante); e ora como o que está diante (que se impõe à representação, enfim, o que é dado, o que se apresenta). Desse modo, sugere-se que a noção codificada na expressão *Objekt* seja dissociada da noção existência, a qual é reservada para a noção codificada na expressão *Gegenstand*. Obviamente há mais teoria nessa distinção, pois nela tanto ressoa a teoria da intencionalidade de Brentano quanto a distinção kantiana entre *coisa em si* e *fenômeno*, que não será aqui explorada.

Em Semântica formal tal distinção parece ter caído em desuso e, seguindo a lição de R. Carnap de distinguir entre questões de existência interna e externa, o termo *Gegenstand* seria metafísico, no sentido de estar para além daquilo que podemos pensar e dizer teoricamente. Contudo, se reservarmos o termo *objeto* para aquilo que é introduzido no discurso via descrição – isto é, introduzido pelo agenciamento de propriedades características para as quais há expressões na linguagem – e os termos *algo* e *entidade* para o que é introduzido via dêixis ou indicação formal, podemos recuperar a distinção entre *Objekt* e *Gegenstand* sem resvalar para o indizível. Para melhor visualizar isso, considerem-se as sentenças:

1. Este menino chamar-se-á “Pedro”, porque ele foi encontrado sobre uma pedra.
2. Pedro nada sabe acerca de sua mãe, porque ele foi encontrado sobre uma pedra.

A sentença (1) pode ser utilizada para se introduzir e disponibilizar **algo** no discurso, um *Gegenstand*, por meio de um dispositivo de indicação direta (dêixis), e uma vez disposto no discurso esse algo recebe um (codi)nome, “Pedro”, por associação a uma característica contingente relativa à situação de introdução. O nome “Pedro” agora **codifica** aquela entidade que foi introduzida com a expressão “Este”, e não a característica contingente expressa por “aquele que foi encontrado sobre uma pedra”, pois a entidade pode agora ser visada por outros atos mentais e semânticos nos quais essa característica não está presente. Nesse caso, a identificação do que foi introduzido não é garantida apenas pela significatividade das expressões linguísticas. Somente a conjunção do que foi dito e da situação de proferimento pode garantir que, por exemplo, o indivíduo nomeado em (1) seja o mesmo indivíduo designado em (2). A expressão “Pedro” em (2) **designa** um objeto (*Objekt*), isto é, algo já conhecido e disponibilizado para o discurso.

Observe-se a função semântica da expressão “ele” nas duas frases. A diferença semântica entre *Objekt* e *Gegenstand*, não é senão a diferença entre o conteúdo semântico da expressão “ele” nas duas frases. Em (1) tal expressão indica aquilo que na situação-contexto foi indicado pela expressão “Este”; em (2) tal expressão indica aquilo que foi designado pelo nome “Pedro”. Na segunda frase, para se chegar ao referente de “ele”, passa-se necessariamente por um conhecimento de um ato semântico, a atribuição de um nome a um objeto, o qual se realiza justamente na primeira frase. Em (1) **algo** é introduzido no contexto discursivo, o qual, em (2), é retomado discursivamente como **objeto** de uma predicação. A diferença é, portanto, semântica, e não ontológica. A referência a um objeto requer, como reza a ortodoxia, que se tenha algum critério de identidade para o objeto referido. Esse princípio não está sendo aqui questionado. Porém, o critério tem de ser aplicado a algo tomado

como objeto, o que exige que esse algo já tenha sido introduzido no discurso independentemente da aplicação do critério, pois, do contrário, cair-se-ia numa cadeia de retomadas sem fim.

Essa distinção semântica pode ser desdobrada de forma a dar conta também do modo como o que é dito aplica-se àquilo de que se diz. Trata-se, agora, de pensar não mais o nexos entre o termo e o objeto, mas o nexos predicativo entre os termos que compõem a proposição. Para isso, vou retomar duas distinções ambíguas, comumente tratadas conjuntamente. A primeira, diz respeito à distinção entre *modos de existência* (ser e ente, existir e subsistir, etc.); a segunda, à distinção entre *modos de predicação* (exemplificação, determinação, inclusão, etc.). Aquela está ligada à teoria dos objetos de A. Meinong (e mais remotamente à teoria dos incorpóreos dos estoicos antigos); ao passo que esta última foi proposta por **E. Mally**. A aludida ambiguidade dessas distinções está em que ora elas são pensadas como semânticas, ora como ontológicas, gerando-se daí uma confusão acerca do real importe teórico das mesmas. Cabe dizer que não farei aqui uma **reconstrução das teorias que estão por detrás dessas distinções**, pois o objetivo é tão somente questionar o uso delas na teoria descritiva do conteúdo semântico sentencial, a partir do que já foi desenvolvido.

A posição de Quine, tal como é exposta nos textos “Sobre o que há” e “Existência e quantificação” (QUINE, 1980), baseada na teoria das descrições de Russell, estabelece-se em franca contraposição à necessidade dessas distinções, sobretudo porque elas seriam a base para duas teses: primeira, que existir se diz de vários modos; segunda, que o nexos da predicação tem vários sentidos. Teses estas que, de certo modo, ecoam as distinções propostas por Twardowski, Meinong e Mally. As preferências de Quine são claras e explícitas: não é necessário postular vários modos de existência, e nem vários modos de articulação predicativa. Opções que estão fixadas na sua notação canônica. Quine argumenta que a postulação de múltiplos modos de existência e de múltiplos modos de predicação implica a aceitação de objetos para os quais não haveria critérios de identidade e diferença bem definidos (QUINE, 1980, p. 218-219), o que produz uma inflação descontrolada de entidades. O diagnóstico do problema é “**a confusão entre significar e**

Esta distinção reflete a distinção de A. Meinong entre *sein* e *sosein*. A primeira distinção foi proposta por A. MEINONG na obra *Über Gegenstandstheorie* (1904), e a segunda por E. MALLY, como uma reformulação da primeira, na obra *Gegenstandstheoretische Grundlagen der Logik und Logistik* (1912).

Este trabalho foi feito extensivamente por R. ROUTLEY em *Exploring Meinong's jungle and beyond* (1980); e também por J. N. FINDLAY em *Meinong's theory of objects and values* (1963).

**nomear**”. Para dissolver essa confusão, é suficiente utilizar o aparato de descrição semântica da teoria das descrições definidas de B. Russell, o qual permite o uso de termos singulares e termos gerais em sentenças com conteúdo semântico determinado, sem que se tenha de pressupor haver entidades que esses termos nomeariam (QUINE, 1980, p. 224).

A distinção entre subsistir e existir – enquanto dois conceitos diferentes relativos à existência de objetos – foi caracterizada por A. Meinong como necessária para explicar o conteúdo de nossos juízos: para algo ser um objeto de conhecimento não seria necessário que ele existisse (MEINONG, 1904, p. 7-9). Embora todo ato judicativo tenha um objeto como correlato, esse objeto nem sempre é existente. “Subsistência” e “Existência”, então, seriam dois predicados aplicáveis a qualquer item tomado como objeto (MEINONG, 1904; RAPAPORT, 1978, p. 155) de discurso. Enquanto tal, os objetos seriam *ausserseiend*, isto é, exteriores à questão de ser ou existir. Explicitamente, trata-se de dois modos de ser: subsistir (*Bestehen*) e existir (*Existieren*) (MEINONG, 1904, p. 39, 71). Essa distinção é claramente ontológica, mas é utilizada para explicar as propriedades semânticas dos termos: o significado (*Bedeutung*) de toda frase nominal ou sentença é um objeto (*Gegenstand*) (MEINONG, 1904, p. 24-29, 68), o que permite que se atribua “referentes” mesmo para aquelas expressões que nomeiam entidade inexistentes (RAPAPORT, 1978, p. 156). A diferenciação entre vários modos de ser permitia a Meinong operar com um único modo de predicação, ao mesmo tempo em que simplificava a análise semântica das expressões em posição de termo singular.

A distinção sugerida por E. Mally, entre dois modos de predicação, visa sobretudo tornar mais flexível a teoria de Meinong e ao mesmo tempo evitar os paradoxos a que ela conduziu. De modo abreviado, a sua solução consiste em diferenciar dois modos pelos quais um termo geral é dito de um termo singular: entre o predicado “ser satisfeito” (*erfüllen*) e o predicado “determinar” (*determiniren, konstituiren*) um objeto. Essa distinção é exposta por **Ed. Zalta** como se tratando de uma distinção entre dois modos (ontológicos) de relacionamento entre objetos e propriedades:

- **Ed. Zalta**
- Abstract objects, 1983.
- “He distinguished two
- relationships which relate
- objects to their properties.
- On Mally’s view, properties
- can determine objects
- which do not in turn
- satisfy the properties”
- (ZALTA, 1983). A mesma
- distinção é utilizada por W.
- J. Rapaport, que distingue
- entre uma propriedade
- “constituir” um objeto e um
- objeto “exemplificar” uma
- propriedade (1978, p. 167).

[...] entre *exemplificar e codificar* uma propriedade. Esta distinção é entre dois tipos fundamentais de predicação, e é formalmente representada na teoria como a distinção entre as fórmulas atômicas “Fx” (“x exemplifica F”) e “xF” (“x codifica F”). [...] Mally informalmente introduziu o conceito de “x F codifica (determiniert F / konstituiert x)” como um novo modo de predicação que é mais apropriado para a análise lógica das sentenças e outras ficções sobre objetos abstratos. (ZALTA, 1998, p. 1-2).

Essa leitura torna possível que ambas as distinções sejam aglutinadas. Ainda que a relação de satisfação implique a existência do objeto de que se está a predicar, a relação de determinação não o exige. Desse modo, podem-se distinguir dois tipos de objetos, os que “subsistem” e os que “existem”, aos quais correspondem os dois tipos de nexos predicativos. Dado um termo designador, ele sempre designa um objeto, que pode existir ou não. Tal distinção é o correlato ontológico da distinção entre os dois modos de predicação. Isso permite distinguir, por exemplo, entre objetos concretos, os quais “exemplificam” ou “satisfazem predicados”, e objetos abstratos e fictícios, os quais seriam “constituídos” pelos predicados, uma vez que esses predicados os “determinariam” como tal e tal.

**O que importa para a discussão ora em curso é que este aparato é pensado como necessário para a explicitação do conteúdo semântico das sentenças sobre objetos não existentes, e também para os atos de pensamento com conteúdo objetivo.** O procedimento de distinguir entre ser e existência possibilita uma descrição do funcionamento das sentenças com expressões que nomeiam ou aplicam-se a objetos inexistentes, sem que tais sentenças tenham de ser descritas como anômalas semanticamente. Dizer algo de algo não implica afirmar a existência daquilo acerca do que é dito alguma coisa, mas tão somente a suposição de que se trata de um *ser subsistente*. Pode-se falar de algo, a partir de seu ser ou tipo, e negar-lhe a existência:

*Isto permitiria desenvolver uma “Metafísica livre de existência”, em conjunto com uma semântica não existencial, no sentido de que a quantificação seria atribuição de número ao “ser” da coisa, e não atribuição de “existência”, de tal modo que a dizibilidade e a significatividade suporiam apenas o “ser”, não o “existir” (RAPPAPORT, 1978).*

muitas frases cujos sujeitos não se referem a entidades, por exemplo, “O quadrado redondo não existe”, “Primocarlo é primo”, são significativas. Além disso, o significado de sentenças cujos sujeitos são sobre (ou pretendem ser aproximadamente) itens singulares é independente da existência, ou possibilidade, dos itens sobre os quais elas são. (ROUTLEY, 1980, p. 14).

Note-se que a diferenciação entre modos de existir e modos de predicação pode ser traduzida para o aparato semântico de Frege. Com efeito, a partir da semântica de Frege, podem-se distinguir quatro sentidos diferentes da predicação ou cópula (HAAPARANTA, 1986, p. 157): (1) “identidade” ( $a = b$ ); (2) “predicação” ( $P(a)$ ), ou “determinação”; (3) “quantificação existencial” (Existe um  $x$  tal que  $x$  é  $G$ ) (Existe pelo menos um ser humano); (4) “inclusão de classe” (Um cavalo é um animal vertebrado). Além disso, pode-se dizer que, em Frege, as expressões “existe” e “é” têm duas leituras, conforme se apliquem a um objeto ou a um conceito: como conceito de primeira ordem vazio e como conceito de segunda ordem. O primeiro tem o sentido de um enunciado metalinguístico em que se diz de um nome que ele tem referência, o segundo diz de um conceito que ele é instanciado.

A pergunta que se põe é quanto à necessidade dessas distinções para a explicitação do conteúdo semântico (se elas são necessárias para uma teoria ontológica é outra questão). A essa pergunta a resposta padrão (Russell, Quine) é que tais distinções não apenas não são necessárias como são enganadoras. No que concerne à distinção entre dois tipos de relação entre propriedades e objetos, enquanto ela é utilizada para diferenciar dois tipos de objetos, pode-se responder conforme a objeção de R. B. Marcus: a simples agregação de propriedades não pode ser considerada como equivalente a um objeto. E, por outro lado, como a teoria das descrições de Russell permite **dizer** tudo o que se quer sobre entidades fictícias e *possibilias* sem que **haja** tais entidades (MARCUS, 1993, p. 197), não há por que introduzir dois modos de existência:

Quando um enunciado de ser ou não ser é analisado segundo a teoria das descrições de Russell, deixa de conter qualquer expressão que até mesmo pretenda nomear a suposta entidade cujo ser está em questão, de modo que não se pode mais conceber que a significatividade do enunciado pressuponha haver tal entidade. (MARCUS, 1993, p. 221).

Estas objeções sem dúvida são plausíveis, mas têm um preço: a unidimensionalização da forma semântica das sentenças, sugerindo ou até obrigando a redução à forma canônica de primeira ordem, reduzindo todo discurso significativo ao discurso sobre

coisas concretas e particulares. Mas, além disso, seria necessária, ainda, a transferência da explanação de propriedades semânticas de certos tipos de sentença para o âmbito da pragmática. Por isso, em vez de retomar este caminho prosseguirei com a tese de que uma expressão tem seu conteúdo semântico constituído pelos nexos referenciais e inferenciais, tese esta que aplicada a esse problema, permite interpretar aquelas distinções como sendo relativas ao modo de introdução de um termo designador no discurso. Os dois modos de predicação, e os tipos de objetos correlatos, tornam-se então dois modos de tornar um objeto disponível para retomadas anafóricas, isto é, de dotar de conteúdo um signo de objeto. Enquanto noções pertinentes ao aparato de descrição do conteúdo sentencial, tais noções podem ser reformuladas sem que para isso seja necessário abandonar o âmbito da semântica.

Admitida essa interpretação daquelas distinções, podemos falar de uma diferença entre objeto de discurso (*Objekt*) e entidade (*Gegenstand*), entre **objetividade** e **entidade**, sem que isso implique uma assunção ontológica, mas sim uma diferenciação semântica. Pois um objeto fictício e um objeto real – do ponto de vista das suas propriedades e do ponto de vista inferencial – têm a mesma objetividade, não obstante as diferenças; ambos podem ser retomados anaforicamente sem prejuízo semântico. Considere-se o seguinte contexto:

Airton foi um exímio cavaleiro. Todavia, ele jamais conseguiu montar Pégaso e Hilda Furacão. Por não ter montado estes dois cavalos ele desistiu da equitação.

A expressão “estes dois cavalos” não diferencia Pégaso de Hilda Furacão, embora um seja uma quimera mitológica e o outro um ser concreto, apenas difícil de montar. Para Airton, ambos não se deixaram montar, mas por causas bem diferentes. Para a descrição semântica dessa expressão, todavia, conta apenas o nexos anafórico. Quer isso dizer que “estes”, nessa frase, designa e não designa? Quer isso dizer que essa expressão é semanticamente anômala? Penso que a resposta adequada é “não”, pois ela cumpre inteira e

adequadamente sua função retomando a contribuição semântica dos nomes “Pégaso” e “Hilda Furacão”. Então, o problema seria ontológico, relativo a uma diferença do ser daquilo que é designado pelos termos “Pégaso” e “Hilda Furacão”?

A resposta adequada é a negativa, uma vez que nada na frase indica essa diferença ontológica, embora saiba-se que há uma diferença ontológica atuando ali. O problema é semântico e resolvido na descrição do conteúdo da sentença através da reativação dos nexos inferenciais que constituem essas duas expressões como expressões da linguagem, isto é, como significativas. Considere-se este outro contexto:

(i) João pensa que os homens e os cavalos descendem dos centauros. Estes teriam desaparecido no momento em que os homens e os cavalos se separaram. Estes, portanto, um dia já foram um e o mesmo ser, o qual se dividiu, o que explicaria a fascinação dos homens pelos cavalos.

Outra vez a expressão “Estes” não distingue entre objetos concretos e objetos inexistentes. Embora do ponto de vista de sua existência ou materialidade, isto é, do ponto de vista referencial, cavalos e centauros sejam absolutamente diferentes, o que se mostra no fato de ser possível utilizar um dêitico para introduzir um exemplar cavalo no discurso e não o ser para um centauro; noutras palavras, um particular ente cavalo pode estar na relação que fornece o ponto de referência para o início de uma cadeia anafórica, o mesmo não sendo possível para um centauro. Na primeira ocorrência a expressão “Estes” retoma ou repõe o conteúdo semântico codificado por “centauros”; na segunda ocorrência essa expressão retoma ou repõe o conteúdo semântico posto por “cavalos” e “homens”. Nenhuma anomalia há aqui, por conseguinte. A função semântica da expressão é idêntica nas duas ocorrências; a diferença de conteúdo resulta da diferença do modo pelo qual as expressões “centauros”, “cavalos” e “homens” foram introduzidas na linguagem. Mas isso depende das relações inferenciais desse contexto com outras sentenças da linguagem em questão e da situação de introdução e de proferimento.

Considere-se ainda:

(ii) Este é Sócrates. Sócrates foi o cavalo vencedor do grande prêmio de 1997 no Campestre da Água Negra. Ele é descendente direto da tricampeã Hilda Furacão.

(iii) Pégaso é um ser mitológico. Ele aparece nos mitos X11 e Y3R, datados como pertencentes ao século XII a.C. A descrição mais completa de Pégaso aparece no texto anônimo JGL234.1007 da Biblioteca do Vaticano.

Os dois contextos introduzem dois objetos, Sócrates e Pégaso, disponibilizando-os para as retomadas anafóricas. Cada um é introduzido por meio de um dispositivo semântico diferente, isto é, uma função semântica codificada por uma expressão, e é essa diferença que determina que as propriedades semântico-inferenciais dos contextos em que eles são designados sejam diferentes. Isso mostra que um objeto de discurso *se diz* de dois modos, conforme a sua introdução, seja por anáfora ou por dêixis, e que é esse fato que importa na descrição semântica.

Essa distinção é suficiente e resolve os problemas para os quais as distinções entre tipos de objetos (existentes e inexistentes, concretos e intencionais), tipos de existência (ser, existir, subsistir) e entre tipos de predicação (instanciar, determinar, incluir) foram concebidas. A distinção entre ser e existir recai na distinção entre dois modos de introdução no discurso. **Para aqueles objetos que conduzem a um termo referencial ou dêitico reserva-se o atributo “existente”, para aqueles que o foram por um termo anafórico reserva-se o atributo “objeto”. Se essas distinções também têm de ser retomadas em uma teoria ontológica é uma outra questão. O que importa é que não se confunda os conceitos introduzidos para dar conta da descrição semântico-gramatical com conceitos e categorias da análise ontológica.**

As duas formas de predicação também podem ser recuperadas na medida em que forem pensadas como relativas ao nexo semântico referencial/inferencial. Em conformidade com a distinção, um

objeto pode ser pensado como (1) **algo que exemplifica os predicados** que podem ser verdadeiramente atribuídos a ele; ou como (2) **algo que se determina pelo conjunto de predicados** que são postos em consubstanciação. Trata-se, obviamente, de duas caracterizações de objetos semânticos, isto é, de objetos ditos. Seguindo a tradição, denominemos esses objetos de discurso como “concretos” e “abstratos”, respectivamente. Considerem-se, nesse sentido, as seguintes análises do nexu predicativo respectivo:

1. Os equinos são mamíferos e vertebrados: (Equino (x) = MV(x)).
2. Os centauros são humanos e equinos: (HE(x) = Centauro (x)).

Em (2) a conjunção dos predicados “humano” e “equino” **determina** o que são os centauros, estabelecendo a condição para que algo possa ser identificado como um centauro, e permitindo assim que estes sejam objetos de discurso, embora não haja tais entidades. Nesse caso, as cadeias anafóricas sempre retrocedem a essa conjunção que **determina** o conteúdo das retomadas posteriores. Em (1), porém, a conjunção de “mamífero” e “vertebrado” é exemplificada pelos equinos, no sentido de que a introdução do objeto tipo “**equino**” no discurso pode ser feita sem que esteja estabelecido ou se saiba que esses predicados sejam verdadeiros acerca desse objeto. Nesse caso, as cadeias anafóricas de “Os equinos” podem retroceder até um ponto em que tais predicados são **atribuídos** a um objeto particular anteriormente e independentemente introduzido no discurso, por exemplo, por uma asserção do tipo “Este e aquele animal são ambos equinos”. Note-se que, amiúde nas fronteiras do uso da linguagem, expressões que são termos no segundo sentido tornam-se termos no primeiro sentido, e vice-versa. Além disso, a diferença não está explícita naquelas sentenças, senão para quem conhece o resultado de retroceder nas cadeias anafóricas.

**Resumindo o alcançado até aqui, a tese defendida parte da independência entre significar e existir, e entre ser significativo e significar uma entidade, alcançando a dispensabilidade de**

**distinções extrassemânticas – sejam pragmático-psicológicas, sejam ontológicas – na descrição do conteúdo semântico sentencial.** Por isso, a relação que constitui a significatividade é externa, isto é, não é intrínseca nem a expressão nem a coisa. Desse modo, o nexos semântico entre a expressão e o objeto (mesmo não estando fundado na natureza interna dos itens anexados), até mesmo na relação de referência (embora haja ali uma dependência que vai do existir da coisa para a significatividade da expressão) possui uma autonomia em relação à existência, pois ambos – objeto e expressão – podem ser o que são, mesmo que o outro não exista. Essa tese foi defendida explicitamente por J. Poincaré no século XVII, com o mote “basta que algo seja signo virtualmente para que possa significar efetivamente” (POINCARÉ, 1985, p. 126). Em termos mais técnicos:

Um signo é uma causa objetiva, não a principal, mas uma causa substituta, [...] representando de fora aquilo que representa, [...] uma causa formal extrínseca que não causa a existência, mas a especificação. [...] A especificação pertence à ordem de uma causa formal extrínseca. [...] o movimento relativo ao ato de ser e à existência está fora da ordem de especificação. (POINCARÉ, 1985, p. 166, 177-178, 195).

E, inversamente, por conseguinte, não é necessário que um objeto seja existente para ser objeto de discurso ou pensamento. A diferença entre “objeto” e “(exist)ente” revela-se como uma distinção semântica, portanto. Dizer algo acerca de algo não implica a existência daquilo acerca de que é dito alguma coisa. A “dizibilidade” supõe a objetividade, a “determinidade”, mas não a existência. Os ditos objetos não existentes são exatamente isso, não entidades, embora sejam objeto de discurso. Do mesmo modo, os objetos fictícios, impossíveis, etc. Sem o discurso, sem uma linguagem ou outra forma de apresentação, não haveria como se ter consciência deles; dito de modo exato, eles não existiriam. Por consequência, que eles apenas podem receber alguma qualificação ou predicação verdadeira na medida em que se diferenciarem dos objetos existentes (entidades), os quais, por definição, não dependem do discurso e dos modos de apresentação para que se tenha acesso a eles.

Por conseguinte, não é necessário distinguir, *em semântica*, diferentes modos de existência. A distinção entre modos de pre-

dicação seria suficiente e estaria mais de acordo com a distinção que realmente se faz necessária, a saber, entre diferentes modos de significação. A introdução de um objeto intencional para dar conta das atitudes de pensamento sobre o inexistente é necessária apenas se o pensamento for isolado da linguagem. Do contrário, é possível se pensar e se dizer o inexistente sem que para isso seja necessário nada mais além do que expressões significativas. A descrição semântica de sentenças com expressões sem referente, por conseguinte, não precisa atribuir um referente especial a tais expressões para determinar as suas propriedades lógico-semânticas, pois, para isso, basta a determinação dos nexos anafórico-inferenciais dessa expressão com as demais expressões da linguagem e com a situação de proferimento.

## 5.2 EFETIVO, OBJETIVO E SUBJETIVO

Até aqui exploramos a diferença entre as noções de *objetividade* e *entidade*. Embora esta seja uma distinção metodológica cujo objetivo principal é o de livrar o questionamento ontológico de falsos problemas, ela tem origem na tese de E. Mally, a saber, que “**todo objeto é algo, mas nem todo algo é.**” Esse modo de pensar não é estranho aos hábitos linguísticos brasileiros, pois dizemos, muitas vezes sem pensar, que “pensamos em algo que não existe”, ou ainda, que “falamos de algo bem definido, mas que infelizmente não pode ser realizado”. Esse jeito de falar pode ser esclarecido com a distinção entre **objetividade** e **entidade**, pois, como vimos, nem todo objeto é uma entidade. Agora, uma reflexão sobre aqueles objetos que não são e não podem ser entidades pode esclarecer a própria noção de entidade. Pois, como afirmou Apostel, “O filósofo tem de explicar **por que é necessário estudar o que não é para compreender o que é e como é possível compreender o que é por meio do estudo do que não é.**” (APOSTEL, 1964). Os objetos que não são e não podem ser entidades serão a seguir denominados “objetos puros”, conforme a teorização de Millan-Puelles (1990). Essa expressão indica a diferença entre dois tipos de objetividades, aquelas que têm um correlato ôntico e aquelas que são meros objetos. Esse tipo de objeto tem sido denominado com várias expressões enganosas, como “entidades de razão”, “entidades inexisten-

“Jeder Gegenstand ist etwas,  
aber nicht jedes Etwas ist”  
(Mally).

tes”, “entidades fictícias”, “entidades de pensamento”. O problema com essas expressões é que elas empregam a expressão “entidade” ali onde não há nenhuma, além de juntarem objetividades diferentes na mesma classificação.

Essas são considerações metódicas e distinções formais sem considerar os conteúdos, o de que se fala e pensa, que é aquilo que realmente importa e nos mobiliza. Ora, o que importa para nós é a realidade e os diferentes modos pelos quais ela se apresenta. “Realidade” e “Real” são palavras equívocas e também podem ser eliminadas ou regimentadas por meio de uma análise lógico-semântica. Entretanto, no seu uso genérico, aqui adotado, a palavra “realidade” indica tudo aquilo que é, foi, ou pode vir a ser objeto de atenção e investigação, isto é, para uma consciência senciente falante, a realidade consiste na dimensão de “objetividades” por ela visadas, constituídas e ditas objetivamente. Todavia, a realidade objetiva é uma só? Há graus ou níveis de realidade? Há diferentes realidades para diferentes observadores? **Seguindo Brentano e Frege, diremos que a realidade que nos toca é apenas uma objetivação do real.**

Considerem-se os seguintes enunciados proferidos com verdade numa situação real de um passeio no horto florestal do Córrego Grande:

1. A pedra é aquecida pelo sol;
2. O lagarto está sobre a pedra;
3. Ao ver o lagarto Maria sentiu medo;
4. A palavra “lagarto” é um substantivo masculino e não é o sujeito lógico de (3).

Cada um desses enunciados pode estar referindo-se a um objeto e ou fato na situação de proferimento. A situação poderia ser objetivada de modo a fazer ressaltar objetos usando-se diferentes visadas e perspectivas de objetivação:

(i) Objetos independentes: a pedra, o sol, o lagarto, o falante, a palavra;

(ii) Objetos dependentes (propriedades e relações): o aquecimento da pedra, o “estar sobre” do lagarto em relação à pedra, a visão do lagarto, o medo de Maria, o sujeito lógico de (3).

Todos esses itens podem ser **objeto** de investigação e discurso; podemos falar objetivamente em relação a eles e asserir sentenças que seriam ou verdadeiras ou falsas, passíveis de adjudicação pública. Todavia, do fato de que todos eles sejam objetos *bona fide* não se segue que eles sejam entidades do mesmo tipo ontológico e que sejam independentes ou realidades em si e por si mesmas. Apenas uma investigação cuidadosa pode esclarecer a natureza desses objetos, se é que são objetos. Considere-se o caso de uma moeda de dez centavos, feita de **uma liga de aço e bronze**, e uma de um centavo, feita de **aço revestido de cobre**.

Esses objetos são metálicos e têm propriedades típicas dos metais. Mas eles também têm a propriedade de serem **moedas do sistema monetário brasileiro**. Essa propriedade, porém, é intencional, pois depende da existência de entidades conscientes e linguísticas que constituem essas entidades, os objetos de metal com essas características, como **dinheiro**, isto é, como 10 centavos e 1 centavo, respectivamente. Os objetos {R\$ 0,10} e {R\$ 0,01} são propriedades intencionais das entidades que podem ser identificadas como peças de metal com tal formato e tais marcas em relevo. Todavia, esses objetos são autônomos no sentido de serem independentes dessas bases metálicas particulares, pois esses mesmos centavos podem ser **transferidos** para a conta de alguém na forma de dígitos, ou para a forma de papel, etc.

O ponto a ser percebido está no fato de que nem quanto à existência nem quanto à identidade o objeto {dez centavos} depende da entidade metálica que o instancia em determinado momento e lugar, pois pode-se **trocar** de suporte. Se Cato tem um real em dez moedas de dez centavos, ele pode preservar o seu dinheiro trocando os seus cobres por uma nota de papel; se as moedas forem



logo a seguir derretidas, como faz o Banco Central quando retira moedas de circulação, isso não afeta o dinheiro de Cato.

Frege sugeriu uma repartição dos enunciados referenciais a partir do **modo como** eles podem ser determinados como verdadeiros ou como falsos: enunciados subjetivos, se eles dependem das representações e estados da consciência particulares ao falante; “objetivos”, se eles podem ter um valor de verdade independentemente do falante. Por sua vez, objetivos “efetivos”, se a verificação for baseada em alguma experiência (relação causal-energética), e objetivos “não efetivos”, caso a verificação seja lógico-formal. A partir desses tipos de enunciados, poder-se-ia falar dos seus referentes como tipos de “objetos reais”: objetos efetivos, objetos não efetivos, estados subjetivos. A realidade efetiva seria a dimensão do experienciável e da causalidade, da matéria-energia espaço-temporal; a realidade subjetiva, a dimensão da consciência, das sensações e dos sentimentos; e a realidade ideal à dimensão do formal ou lógico. Respectivamente, no exemplo das moedas: o pedaço de metal, a percepção e o interesse de Cato, e o valor monetário. Dito grosseiramente, teríamos três domínios, o Físico (químico, biológico); o Psicológico; e o Lógico-Matemático. Esses domínios esgotariam a realidade a que podemos nos referir de modo determinado através de nossos enunciados e atos conscientes, isto é, com enunciados e pensamentos que podem ser verdadeiros ou falsos intersubjetivamente. Note-se que no âmbito subjetivo a verdade ou a falsidade dependem inteiramente do enunciador. Além disso, cabe notar também que para Frege os discursos de ficção e imaginação (literatura, poesia, mitologia, etc.) não são nem verdadeiros nem falsos, justamente porque a eles falta o referente, ou, dito de maneira técnica, as suas expressões referenciais são *pseudos*, ou fingidas. Outra maneira de fazer essa distinção é utilizando o conceito de tempo. Claramente, Frege considerou as realidades subjetivas e efetivas como temporais, enquanto que as formais eram para ele atemporais.

O pensamento ocidental sempre esteve embaraçado com a distinção desses âmbitos ou modos de ser. Ao menos desde Platão essas distinções sempre estiveram aí. Desde Descartes, Kant, Schelling, faz-se a distinção entre coisas da realidade física-causal e as coisas do espírito, entre o domínio da causalidade (ciências da natureza)

e o domínio da consciência (ciências do espírito). Frege segue essa tradição, todavia modifica o fundamento dessas distinções. Com efeito, para ele tais distinções e tipificações referem-se aos **tipos de enunciados** e ao modo como eles podem ser determinados como verdadeiros ou falsos. Da análise desses enunciados é que se depreendem os tipos de conceitos e de objetos. Portanto, não se trata de distinções metafísicas, mas antes de distinções conceituais alcançadas por meio da análise dos nossos enunciados significativos.

Na verdade, Frege sugeriu que os objetos se subdividem em **efetivos e não efetivos**. O plano subjetivo, propriamente falando, não é de objetos, mas de estados da consciência. Além disso, o que ele denominou ora objetos formais ou lógicos, ora realidade objetiva não efetiva pode ser enquadrado como simbólico, como dependente da forma lógica dos enunciados. Assim, teríamos três domínios derivados da forma de acesso (modo de dar-se). Enunciados verificados por introspecção (autoconsciência), enunciados verificados por experiência sensível-causal, e enunciados verificados por análise lógico-gramatical, respectivamente os enunciados (3), (1) e (4) do exemplo acima. A independência em relação aos observadores (consciência, discurso) e a possibilidade de ser apreendido como o mesmo por diferentes observadores seria a característica do *objetivo* para Frege. A característica do *subjetivo* é a singularidade e a completa dependência em relação ao observador-sujeito, não podendo ser compartilhado por mais nenhum outro sujeito. O objetivo *efetivo* é aquilo que faz efeitos ou sofre efeitos, aquilo que se dá por meio da experiência sensível-causal espaçotemporal; o objetivo *não efetivo*, ou formal, não seria nem subjetivo nem efetivo, sendo apenas comunicável e apreensível como o mesmo por diferentes sujeitos.

Todavia, essas considerações somente têm sentido no contexto da distinção entre objeto e conceito – e entre conceito de primeiro nível e conceito de nível superior –, bem como entre conceito e propriedade. Pois o ponto de Frege é que **não é qualquer objeto que pode ter qualquer propriedade e estar em qualquer relação**; ou seja, dado um objeto, não é qualquer conceito que pode ser predicado dele. Assim, dos lagartos **faz sentido** predicar a cor verde, embora em alguns casos isso produza um enunciado falso.

Agora, do número dois não faz sentido predicar esta ou aquela cor. Por outro lado, de um lagarto faz sentido dizer que ele foi visto por duas pessoas, mas não faz sentido dizer que duas pessoas sentiram o mesmo medo. Portanto, o que está em questão nessas distinções é a distinção de **categorias** de objetos e conceitos. E essa distinção é feita sempre com base na “predicabilidade” ou não de um conceito, na possibilidade **lógica** de aplicar um conceito.

A questão ontológica não está propriamente em reconhecer esses âmbitos, mas sim no modo como eles são pensados em suas interações. No modelo de Descartes, herança da teologia cristão-platônica, por exemplo, o físico e o espiritual eram duas substâncias independentes uma da outra. E o subjetivo era o plano da intersecção entre as duas. Essa teoria é conhecida como a tese do dualismo corpo–alma, ou corpo–mente.

**Atualmente, tem ganhado adeptos uma teoria ontológica interacionista e estratificada dos diferentes planos de realidade.** Retomando o exemplo inicial, pode-se dizer que a realidade do lagarto, o plano biológico, é um desdobramento da realidade da pedra e da luz solar, do mesmo modo que a imagem na mente do leitor, a sua exclamação “Ai!” e o seu medo seriam desdobramentos do biológico. Embora pareça haver uma independência dos fatos indicados por aqueles quatro enunciados, haveria uma relação de dependência ontológica descendente de (4) até (1), o que poderia sugerir a redução dos níveis superiores aos inferiores, a cada degrau surgindo propriedades novas não encontráveis no degrau inferior, de tal modo que os degraus superiores seriam ontologicamente autônomos, no sentido de os conceitos instanciados nesses níveis não serem redutíveis aos conceitos instanciados nos níveis inferiores. Por exemplo, no plano físico atuam **forças** que interagem espaço-temporalmente sob um certo padrão, o da conservação da energia; no plano subjetivo (e social), entretanto, embora tudo o que aí ocorra dependa das forças físicas, dão-se relações, capacidades e propriedades que não se explicam em termos de interação de forças físicas e que também não seguem o padrão observado nesse âmbito. Além disso, no plano simbólico-formal, seriam possíveis relações, propriedades e estruturas impossíveis no plano fisio-químico-biológico e no plano sócio-psicológico.

Desse modo, a pedra, o lagarto, Maria e a frase, são objetos ontologicamente distintos, visto exemplificarem conceitos e categorias irreduzíveis entre si. Dito de outra maneira, há conceitos aplicáveis à Maria que não fazem sentido em relação à pedra e ao lagarto, e há propriedades da frase e de Maria que não podem ser realizadas no lagarto e na pedra. Se isso é feito, ocorre uma quebra de sentido, como na frase “A pedra sentiu medo do lagarto”. Quando isso se dá, estamos diante de objetos **categorialmente** distintos. Embora haja relações de dependência ôntico-causal entre os objetos citados, eles são ontologicamente distintos. Os seus *tipos* ou *categorias* são diferentes. Do ponto de vista inaugurado por Frege, a tarefa de uma investigação ontológica seria esta: a de distinguir e esclarecer as diferentes categorias de objetos e conceitos, o que deveria ser feito a partir da análise dos nossos enunciados ou sentenças significativas quanto às suas condições de sentido e de verdade. O sentido das nossas frases, porém, não é sempre o mesmo. Certas frases fazem sentido no plano subjetivo de doação, do sentir e das afecções; outras frases fazem sentido com base no plano efetivo e agentivo de doação, das interações causais e do agir; já outras, fundam-se plano formal de doação da própria linguagem, do dizer e do calcular.

Todavia, o mundo humano, a realidade urgente da nossa vida, constitui-se dessas dimensões, não apenas no sentido de ser assim objetivada, pois o que nelas se apresenta dirige nossos pensamentos e ações. O domínio do imaginário, do fictício, do abstrato, do formal, enfim, o domínio dos objetos intencionais, tem para nós tanta ou mais realidade quanto uma pedra ou uma descarga elétrica. Nos próximos capítulos exploramos alguns aspectos ontológicos dessa realidade.

## LEITURAS SUGERIDAS

Para uma compreensão da teoria dos objetos intencionais, sugere-se a leitura dos textos de Kasimir Twardowski, “Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações”, e de Alexius Meinong, “Sobre a teoria do objeto”, publicados em *Três aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. (BRAIDA, C. R. (org., trad.). Florianópolis: Nephelibata, 2005.). Para a crítica desse con-

ceito, os textos de Bertrand Russell, “Sobre a denotação” (*Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979), e de W. Quine, “Sobre o que há” (*Os Pensadores*, São Paulo: Abril, 1998), fornecem os elementos básicos.

## REFLITA SOBRE

O fato de usarmos expressões referenciais como nomes, demonstrativos e descrições definidas para falar de coisas nas quais e sobre as quais pensamos. O que está implicado nessa atividade e qual o “ser” dessas coisas em que pensamentos e das quais falamos?